


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000456-93.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**  
 Exequente: **Itaú Unibanco S/A**  
 Executado: **GAMA MIX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES** opôs **EMBARGOS**  
**À EXECUÇÃO** que lhe moveu **EV B PIRES ME**.

Aduziu em síntese, que mantinha relação de emprego com **FABIANO AUGUSTO PIRES JÚNIOR ME**. Alegou que para resgatar parte de seu FGTS (multa de 40%), convencionou uma rescisão contratual, na modalidade injusta dispensa com o empregador. Para descaracterizar possível apuração dessa ilegalidade por parte do Empregador, que iria receber de volta a multa do FGTS, convencionaram que ele (embargante) iria repassar para uma terceira pessoa um cheque no valor da multa do FGTS e este por sua vez iria repassar o valor para o empregador Fabiano. Argumentou por fim, que o exequente, **EV B PIRES ME**, que foi um terceiro no negócio havido entre ele (embargante) e seu empregador veio a protestar a cártula e na sequência, a executou. Finalizou, pedindo a procedência dos presentes embargos, vez que o embargado/exequente não é credor de quantia alguma e ainda que seja declarada fraudulenta a cobrança e por consequência decretada a nulidade

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da execução, uma vez que totalmente ilegal.

A inicial está instruída com documentos.

Devidamente citada, a Embargada impugnou justificando que as alegações do Embargante são totalmente evasivas, fantasiosa e de má fé, e por isso deverá arcar com as consequências, pagando o que realmente deve, inclusive ser condenado a indenizar o Embargado. Pede a improcedência dos Embargos prosseguindo a execução até a satisfação total do crédito do Exequente, ora Embargado.

Pelo despacho de fls. 24 as partes foram instadas a produção de provas, mas quedaram-se inertes (fls. 25).

Na sequência foi encerrada a instrução e fixado o prazo de 30 dias para entrega dos memoriais.

As partes não apresentaram memoriais (fl 28), embora a requerida tenha peticionado requerendo a produção de prova oral.

Pelo despacho de fls. 29 a requerida foi intimada a esclarecer que fatos controvertidos pretende aclarar com a prova oral solicitada. No entanto, ficou inerte (cf. fls. 31).

Em obediência ao despacho de fls. 32, o autor encartou cópia do cheque objeto da presente.

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A execução está lastreada no cheque nº 850734 que veio aos autos por cópia a fls. 36, sacado pelo embargante MARCOS JOSÉ contra o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 1.500,00.

O embargante admite (confusamente) que o título foi emitido por “exigência” de seu antigo empregador, FABIANO AUGUSTO PIRES JUNIOR ME, para que pudesse ser dispensado sem justa causa e, receber normalmente o FGTS, ou seja, participou de um acordo para obter algo ilegítimo....

O valor da cambial equivalia à multa de 40% dispendida pelo empregador, que conforme o combinado, seria (e foi) devolvida a ele, já que o ato foi, na verdade simulado.

Destarte se o autor participou conscientemente da negociata, sabia não ter direito a qualquer multa....

De qualquer maneira, nenhuma prova documental nos foi exibida para comprovar tal argumento.

Ademais, o cheque circulou e foi transferido à exequente, EVB PIRES ME, empresa diversa.

Por ser um título de crédito não causal, o cheque não se vincula ao negócio jurídico subjacente.

Acerca dessa natureza não causal, leciona Fábio Ulhoa Coelho:


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o **cheque** e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219 - destaquei).

Nesse diapasão vêm decidindo nossos Tribunais:

**PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE** Não ocorrência  
Possibilidade da ação de execução ser suspensa por ausência de bem penhoráveis Preliminar afastada.  
**TÍTULO DE CRÉDITO CHEQUE** Embargos à execução **Cheque é título não causal e passível de circulação que independe do negócio subjacente que lhe tenha servido de causa Irrelevância do argumento de falta de relação com o atual portador dos títulos** Sentença de improcedência que cabe ser mantida Apelo desprovido (TJSP, Apelação 0019877-10.2012.8.26.0032, Rel.Des. Jacob Valente, DJ 11/03/2014 - destaquei).

Concluindo: para exigir um crédito materializado em cheque basta que o credor exiba a cártula sem ter que provar a *causa debendi*; entendimento já consolidado no STJ (AgRg no REsp 1148413/PI, Rel. Min. Castro Meira, DJ 08/05/2012).

Impõe-se, destarte, a improcedência do reclamo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS**, devendo prosseguir a execução.

Sucumbente, arcará o embargante com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 10% do valor dado à causa. Na oportunidade, defiro-lhe os benefícios da justiça gratuita, devendo ser observado o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 12 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**